Sobre geografias canônicas

On canonical geographies

A propos des canons géographiques

Sobre geografías canónicas

Innes M. Keighren, Christian Abrahamsson e Veronica della Dora

Tradutor: Rafael Augusto Andrade Gomes e Marcos Vinícius Fernandes Gonçalves

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/8990>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.8990

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

Innes M. Keighren, Christian Abrahamsson e Veronica della Dora, «Sobre geografias canônicas», *Terra Brasilis* [Online], 15 | 2021, posto online no dia 31 julho 2021, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8990> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8990>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

Sobre geografias canônicas

On canonical geographies

A propos des canons géographiques

Sobre geografías canónicas

Innes M. Keighren, Christian Abrahamsson e Veronica della Dora

Tradução : Rafael Augusto Andrade Gomes e Marcos Vinícius Fernandes Gonçalves

NOTA DO EDITOR

Publicado originalmente como: Keighren, Innes; Abrahamsson, Christian; della Dora, Veronica (2012). "On canonical geographies". *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 296-312. Um agradecimento especial a Innes Keighren, Christian Abrahamsson e Veronica della Dora, autores do texto ora vertido ao português, que intermediaram, junto à SAGE Publishing, o pedido de permissão para publicação desta tradução na *Terra Brasilis*. Notas de rodapé: Rafael Augusto Andrade Gomes.

NOTA DO AUTOR

Esta pesquisa não recebeu financiamento específico de nenhuma agência de fomento pública, comercial ou sem fins lucrativos.

Sobre rosas e estrume

Havia uma sensação de descoberta e fabricação, de ruptura com as banais caixas factuais erigidas por homens velhos, e uma sensação de alcançar estudiosos em campos nos quais nunca fomos propriamente apresentados, mas que pareciam amigáveis o suficiente se você estivesse disposto a aprender. Foi um momento precioso e memorável, que provavelmente era impossível sustentar em um tom tão alto por muito tempo, mesmo que hoje seja difícil recuperar todos aqueles sentimentos de excitação do passado. Mas eu espero que eles voltem e que o que nós

fizemos seja substituído por algo melhor. (Gould, 1979: 139)

Com exceção de uma ou duas obras acadêmicas em geografia histórica, era praticamente impossível encontrar um livro no campo que pudesse ser colocado nas mãos de um estudioso de outra disciplina sem sentirmos vergonha. (Gould, 1979: 140)

- 1 O lamento¹ de Peter Gould em 1979 foi publicado na edição dos *Annals of the Association of American Geographers* que celebrou o 75º aniversário da organização. Tal artigo, por diversas razões, é um ponto de partida interessante para refletir sobre a “canonicidade” na geografia – isto é, como a natureza da disciplina é imaginada e contestada em relação às suas continuidades e rupturas intelectuais (e os textos em torno dos quais essas bifurcações se agrupam). Em primeiro lugar, o discurso violento² de Gould é emblemático e característico da maneira pela qual se divide a história da disciplina em fases pré e pós revolucionárias, com destaque aos significativos realinhamentos intelectuais das décadas de 1960 e 1970, que Gould batizou de Período Augiano – uma referência irônica³ ao quinto dos Trabalhos de Hércules, a saber, a exigência de que ele limpasse o esterco acumulado por 30 anos nos estábulos de Augias.⁴ Em segundo lugar, o artigo de Gould é relevante pela maneira como ele traça as linhas de batalha da disciplina: distinguindo entre os “homens velhos” (e seu legado textual) e uma vanguarda emergente, ávida em fazer conexões e adquirir respeito fora de uma disciplina reificada, escrevendo a geografia outra vez. Em terceiro lugar, a crítica mordaz de Gould ao passado então recente da geografia também deve ser lida à luz de suas animosidades pessoais; Carl Sauer e Richard Hartshorne surgiram como os “vilões” em sua narrativa. Como lembrou recentemente Trevor Barnes (2012: 256): “Eu entrevistei Peter Gould antes de sua morte. Ele demonizava particularmente Hartshorne – como uma pessoa má, não apenas [...] equivocado intelectualmente”. Essas divergências e amarguras geracionais, é claro, não são incomuns e não deveriam ser sumariamente descartadas quando se busca compreender as mudanças em estilos intelectuais, especialmente numa disciplina relativamente pequena como era a geografia humana na década de 1960.
- 2 Pode-se, claro, argumentar que a postura retórica de Gould – por mais bem-humorada que fosse – era deliberadamente pouco sutil e conciliatória, e que suas opiniões sobre o passado então recente da geografia não eram representativas de qualquer discurso mais amplo; em outras palavras, seu ensaio é nada mais que uma exposição de seu próprio aparente desprezo pelos “homens velhos” e suas “caixas factuais” (Hannah e Strohmayer, 2001). É possível, entretanto, detectar ecos (conscientes ou não) da cáustica rejeição de Gould à geografia pré-1950 em uma série de tentativas mais recentes de reunir e avaliar os textos-chave e pensadores centrais da disciplina. Muito do trabalho que pode ser chamado de *mainstream* da historiografia geográfica parece atribuir pouca importância (pelo menos em relação à erudição geográfica contemporânea) ao que aconteceu antes da Segunda Guerra Mundial e, assim, reproduz o binarismo de Gould (Power, 2011). Como um pesquisador argumentou recentemente, por exemplo: “Se estivesse procurando fazer proselitismo em prol da geografia [...], eu realçaria o passado recente (os últimos 40 anos) em minha narrativa, em vez de uma história mais longa” (Castree, 2011: 229). Reforçar a noção de tal divisor de águas – que diferencia entre períodos relevantes e irrelevantes da geografia – deve nos levar a considerar os mecanismos e ideologias que deixam certas fases da história da disciplina cheirando a rosas, enquanto outras supostamente fedem como estrume. Além disso, se estivermos dispostos a levar Gould a sério, precisamos aderir à sua própria rejeição do

termo “revolução quantitativa” e, em vez disso, focalizar a mudança substancial na investigação geográfica que ele afirma ter sido introduzida por sua geração – isto é, uma transição em direção à investigação teórica e filosófica. Nós devemos, portanto, reconhecer que as mudanças identificadas por Gould como tendo ocorrido durante os anos 1950 e 1960 têm uma genealogia mais complexa do que aquela descrita por ele (Barnes e Abrahamsson, no prelo; Gould, 1979: 140).

- 3 A tendência dos geógrafos (nosso foco neste artigo repousará especificamente nos geógrafos humanos) a depreciar períodos específicos da história da disciplina, ao mesmo tempo em que exaltam outros, é característica da maneira como o progresso tem sido mensurado – o desenvolvimento intelectual não como oriundo da construção sobre fundações já existentes, mas de sua demolição e recomeço. Enquanto as disciplinas vizinhas, tais como sociologia, antropologia e ciência política, estão ativamente (às vezes incessantemente) comprometidas com seus cânones textuais e figuras fundadoras, a geografia raramente, ou nunca, tem algo além de desdém e perplexidade para os Ritters, Ratzels, Semple ou Sauers de seu passado. Seria errado supor, evidentemente, que acadêmicos de qualquer disciplina são capazes de definir categoricamente o “núcleo de seu campo”, mas a tendência rotineira e entusiástica dos geógrafos humanos em excluir e rejeitar textos, ideias e indivíduos de fases anteriores da história da disciplina como irrelevantes ou insossos é notável e digna de consideração (Hollinger, 2012: 185).
- 4 Este artigo emerge de um mal-estar compartilhado por seus autores em relação a esse estado de coisas – uma inquietação que, ao menos em parte, pode ser explicada por nossas diferentes trajetórias, em termos de interesses de pesquisa, mas também, e, talvez mais importante, por nossa formação pedagógica. Demograficamente, todos nós pertencemos à geração que concluiu o doutorado na primeira década do século XXI. No entanto, fomos criados em diferentes tradições geográficas nacionais: a britânica, a sueca e a italiana (e depois a norte-americana). Em diferentes graus, o início de nossas carreiras foi moldado por movimentos entre e além do núcleo anglo-americano da disciplina, assim como por interações com outras disciplinas que refletem parcialmente os períodos históricos nos quais nossos próprios interesses de pesquisa se concentram: desde a história do livro no século XVIII e a história da ciência do século XIX, passando pela história, antropologia, filosofia e sociologia do século XX, até a história da arte e os estudos bizantinos. Em sua diversidade, essas interações interdisciplinares têm contribuído largamente para definir e redefinir nossa consciência disciplinar por meio de uma espécie de *self-othering*.⁵ Tais interações também nos levaram à inevitável e óbvia questão: por que nossos colegas de outras disciplinas optam por lembrar, enquanto nós, geógrafos, escolhemos esquecer? Em outro nível, nossa inquietação emerge da sensação de que é desonesto, em um sentido acadêmico, rejeitar textos considerados sem importância ou reificados antes de lê-los. Quando as avaliações pejorativas de textos derivam de rumores de segunda mão, ao invés de leituras de primeira mão, há um risco significativo de que afinidades potenciais entre estudos geográficos do passado e contemporâneos sejam negligenciadas na pesquisa e no ensino. Há, conforme sugerimos, benefícios intelectuais e pedagógicos em se comprometer com os textos mais antigos da geografia.
- 5 Neste artigo, nós afirmamos que a história do pensamento geográfico não deveria ser exclusiva aos historiadores da geografia. Isso ocorre porque o *presentismo* que caracterizou as diversas viradas intelectuais a que a geografia foi submetida ao longo

das últimas três décadas ofereceu, em geral, pouca oportunidade de reconhecer o trabalho anterior feito por geógrafos a respeito de tópicos ou temas similares; ele se baseia, em vez disso, em trabalhos de fora da disciplina. Por vezes, esse *presentismo* teve consequências involuntárias e irônicas, tanto pelas escolhas⁶ necessárias para transpor ou traduzir ideias para a disciplina quanto pela incapacidade de reconhecer a influência que os estudos geográficos tiveram sobre os teóricos contemporâneos. Isso não significa, claro, clamar por um *internalismo* – a interdisciplinaridade é a força vital da geografia, afinal –, mas sugerir que um comprometimento com o legado textual de sua própria disciplina pode beneficiar os geógrafos.

- 6 Nossa decisão, aqui, de examinar a canonicidade como um fenômeno textual não pressupõe um privilégio dos textos sobre as práticas geográficas e não-textuais. Muito do que é a geografia – tanto em sua faceta humana quanto na física – é uma questão de metodologia, trabalho feito em campo, técnicas aprendidas e transmitidas em laboratório ou sala de aula e (frequentemente) de produção visual: mapas, fotografias e diagramas. Ater-se apenas ao textual é correr o risco de obscurecer as práticas cotidianas e corpóreas da geografia (Lorimer, 2003a, 2003b). Portanto, continua importante o trabalho a ser feito sobre a codificação e canonização das práticas não-textuais da geografia, particularmente em relação ao seu papel pedagógico (ver, por exemplo, Phillips e Johns, 2012; Ploszajska, 1996; Schwartz, 1996). Nosso foco na cultura impressa da geografia reflete, porém, a importância do cânone textual – e dos debates sobre ele – para a compreensão da historiografia disciplinar e da circulação do pensamento geográfico. A reflexão crítica sobre a canonicidade é, então, simplesmente um elemento num conjunto mais amplo de debates sobre como nós escolhemos pensar e narrar o progresso, o desenvolvimento e a mudança na geografia humana.
- 7 Uma das razões pelas quais a canonicidade importa – e por que é importante compreender os mecanismos pelos quais certos textos alcançam popularidade e são incorporados em um corpus – é que ela expõe a “política de exclusão” pela qual uma cultura particular (nesse caso, a geografia humana) endossa textos específicos como “dignos de preservação por meio da leitura e do estudo” em detrimento de outros (Alter, 2000: 2, 1). Como Robert Alter (2004: 3) apontou, o cânone, portanto, carrega consigo a suspeita de ser “um veículo potencial de coerção, exclusão e manipulação ideológica oculta”. Isso é particularmente verdadeiro quando vemos o cânone como um dispositivo que, por sua vez, é constitutivo da comunidade que o criou: comunidades designam cânones; cânones reproduzem comunidades. Em paralelo aos elementos abertamente políticos da formação do cânone, alguns pesquisadores destacaram a importância de componentes mais subjetivos, indeterminados⁷ e estéticos na formação do cânone. Frank Kermode (2004) argumentou, por exemplo, que o prazer e o acaso são tão significativos para a constituição de cânones (sejam os literários ou os bíblicos) quanto a ideologia. David Fishelov (2010: IX), entretanto, concebe o capital cultural de um texto – seu valor percebido na visão de uma comunidade específica – como uma função dos “diálogos que ele produz com leitores, autores, tradutores, adaptadores, artistas e críticos”. Tal compreensão dialógica da formação do cânone enfatiza não as qualidades intrínsecas de um texto e sua recepção passiva por um público, mas seu potencial para gerar interação, debate, proposição e oposição. Podemos, portanto, entender a canonicidade como um processo inerentemente complexo e confuso e o cânone como algo múltiplo e variado (temporal e geograficamente), sujeito a resistência e contestação (Guillory, 1993).

- 8 Este artigo e os comentários subsequentes⁸ tiveram origem em um painel – “Clássicos em Geografia Humana” – organizado pelos autores no *Annual Meeting* da *Association of American Geographers*. Os palestrantes lançaram uma série de perguntas destinadas a provocar o debate: Existe um cânone na geografia humana? Se não, por quê? Se sim, qual é o papel que os textos canônicos desempenham (e como eles são definidos) no ensino geográfico (particularmente no *design* curricular)? Quais são as implicações da noção de “cânone” quando se pensa a história da disciplina? As noções intercambiantes do que é considerado canônico nos dizem algo sobre o estado da disciplina em um determinado momento? Por meio de quais processos o *status* canônico é alcançado e apropriado? Até que ponto o cânone (se houver algum) foi moldado pelas competências linguísticas da comunidade anglo-americana da disciplina? Vozes específicas têm sido silenciadas ou distorcidas por razões de política, estilo ou ideologia?
- 9 Sem oferecer respostas definitivas a essas perguntas, mas para gerar uma discussão mais aprofundada, abordamos essas questões de três maneiras. Em primeiro lugar, consideramos o que torna um livro “clássico” ou um “texto canônico” e como essas categorias diferem. Em segundo lugar, consideramos como diferentes concepções de canonicidade foram importantes para as maneiras como a história da geografia e seus fundamentos intelectuais foram narrados. Em terceiro lugar, refletimos sobre os modos pelos quais uma reavaliação e um comprometimento mais sérios com os textos canônicos podem ser benéficos não apenas para a historiografia disciplinar, mas também para a consciência disciplinar e, por consequência, para o futuro da própria geografia.

Sobre o clássico e o canônico

- 10 Existem – como as respostas a este artigo deixarão claro – diversas definições de “clássico”. Aqui, consideramos textos clássicos aqueles que exerceram um papel distintivo na formação da disciplina geografia e que permanecem intelectual ou pedagogicamente importantes; textos que falam ao seu próprio tempo, mas que também olham adiante; textos cuja mensagem transcende os estilos e tendências intelectuais passageiras. Em outras palavras, esses são os textos “fundadores” aos quais continuamos a recorrer em nossa pesquisa e ensino, independentemente de quando e onde eles foram escritos – textos que, conscientemente ou não, nós escolhemos lembrar. Embora o adjetivo “clássico” seja, com frequência, utilizado como sinônimo de “canônico”, uma distinção importante pode ser feita de saída. Uma olhadela nas obras selecionadas para avaliação na série *Classics in Human Geography Revisited*, do periódico *Progress in Human Geography*, expõe a falsa tautologia entre clássico e canônico. A maioria dos quase 40 textos que os colaboradores do *Progress in Human Geography* definiram como clássicos foi publicada depois de 1970, apenas um deles possui data de publicação anterior a 1960. Poucos desses textos foram obras das “figuras fundadoras” da disciplina ou são “canônicos” no sentido institucional da palavra. Podemos argumentar, portanto, que a disciplina optou por uma distinção: textos canônicos são aqueles que foram centrais na formação da disciplina, mas, em contraste com os clássicos, não necessariamente continuam a falar de forma significativa para o presente – eles são textos que, tomando de empréstimo a afirmação de Fishelov (2010), perderam sua função ou capacidade dialógica. A um clássico é, sob este prisma, imputada uma aura de imortalidade; um texto canônico é considerado lembrança de uma época

passada à qual não necessariamente desejamos retornar. Corremos o risco de perder muito, contudo, se escolhermos negligenciar ou ignorar o canônico em favor do clássico.

- 11 Embora boa parte dos estudos geográficos contemporâneos reconheça rotineiramente a obra dos fundadores da disciplina (por mais problemática que seja esta expressão), muito de seu legado textual – frequentemente entendido como central para o desenvolvimento discursivo e intelectual da disciplina – permanece difícil de acessar, seja porque determinados textos nunca foram reimpressos ou porque nunca foram traduzidos para o inglês (Barnes, 2002; Keighren, 2006; Mayhew, 1998). Por conseguinte, abundam os equívocos, nuances se perdem e ideias significativas e complexas são reduzidas a clichês e truísmos. Para geógrafos não familiarizados com o idioma alemão, por exemplo, os trabalhos significativos de Carl Ritter e Friedrich Ratzel estão disponíveis apenas por intermédio de fontes secundárias imprecisas. A obra de Ellen Semple, Paul Vidal de la Blache e Halford Mackinder, entre outros geógrafos importantes, está disponível apenas em edições de difícil acesso do início do século XX; a obra de outros, como o geógrafo sueco Torsten Hägerstrand, é, para estudiosos particulares, proibitivamente cara.
- 12 Ao mesmo tempo, porém, os últimos anos também testemunharam a emergência de um corpo considerável de trabalhos sobre “pensadores-chave” e “ideias-chave” da geografia, seja na forma de livros-texto, coleções editadas ou enciclopédias mais ambiciosas (Baigent, 1993, 2004; Johnston, 2005; Kitchin e Thrift, 2009). O *Key Thinkers on Space and Place* (Hubbard, 2004), por exemplo, reúne perfis de mais de 50 indivíduos que, nas últimas décadas, contribuíram de maneiras significativas para o desenvolvimento da teoria espacial. Por refletirem a natureza interdisciplinar desse trabalho intelectual, muitos dos pensadores perfilados, os editores reconhecem, “não se considerariam necessariamente ‘geógrafos’, embora seu trabalho seja inerentemente geográfico” (Hubbard *et al.*, 2004: 2). Tais coleções podem, nesse sentido, servir como guias para o desenvolvimento discursivo da geografia – para a formação do pensamento geográfico – independentemente do que pensam a história disciplinar ou os geógrafos por si mesmos. Seja deliberada ou acidentalmente, esses livros-texto empenham-se inevitavelmente em reproduzir determinadas narrativas subdisciplinares. Os editores do *Key Thinkers on Space and Place* reconhecem, por exemplo, o fato de que “nossa escolha de pensadores-chave na tradição geográfica é inteiramente desequilibrada em favor dos geógrafos humanos” (Hubbard *et al.*, 2004: 2).
- 13 Tentativas muito mais explícitas têm sido feitas para mapear a natureza e a expressão da geografia humana, como uma subdisciplina específica, por intermédio de seus textos. O livro *Human Geography: An Essential Anthology*, por exemplo, oferece a seu público-alvo – “o estudante de geografia humana e o leitor interessado em geral” – o que concebe como “uma coleção representativa de escritos críticos importantes para a compreensão de conceitos centrais no campo” (Agnew *et al.*, 1996: 1). Embora cuidadosos em evitar o rótulo canônico à sua seleção, os editores, todavia, identificam seus textos escolhidos (uma combinação de artigos acadêmicos e fragmentos de monografias) como “‘significativos’ para o campo” – aqueles escritos que têm sido “particularmente importantes no desenvolvimento da geografia humana” (Agnew *et al.*, 1996: 2). Em termos semelhantes, os editores do *Key Thinkers in Human Geography* (Hubbard *et al.*, 2008) veem a cultura impressa da geografia como um guia indispensável para e através do pensamento da geografia: “textos específicos podem ser lidos e

interpretados como sintomáticos (e talvez totêmicos) de transições essenciais nas maneiras como pensamos, praticamos e escrevemos geografia” (Hubbard *et al.*, 2008: xiii). O seu foco em monografias, ao invés de outras práticas textuais e não-textuais da geografia, é justificado com o argumento de que as monografias não são simplesmente representativas do pensamento geográfico em tempos e lugares específicos, mas ativamente “procuram transformar o pensamento e a práxis geográficos” (Hubbard *et al.*, 2008: xiv). Livros autorais, sugerem os editores, “frequentemente se tornam os principais marcos nas histórias disciplinares de uma maneira que os artigos raramente se tornam” (Hubbard *et al.*, 2008: xiv).

- 14 Embora destinados a estudantes de graduação frustrados pela tendência das bibliotecas a “descartar livros mais antigos para abrir caminho aos mais novos”, as coleções de livros-texto têm uma importância mais do que pedagógica quando se trata de pensar sobre a narração da história da geografia (Hubbard *et al.*, 2008: xiv). Uma consequência irônica e involuntária de antologias desse tipo é, claro, que elas ajudam a justificar o próprio processo que propunham combater: ao fornecer um resumo acessível dos textos mais antigos da geografia, elas necessariamente diminuem a circulação de volumes originais e facilitam que as bibliotecas justifiquem a retirada de tais títulos ou sua realocação em instalações externas de armazenamento. À parte das inadvertidas consequências práticas da *antologização*, o requisito para selecionar dentre uma “coleção massiva de livros e artigos”, que compreende a produção textual da geografia, é aquele que demanda julgamentos quanto à importância histórica, relevância contemporânea e trajetória intelectual de textos, sem contar as demandas feitas para atender os currículos de graduação em geografia (Agnew *et al.*, 1996: 2). Em uma época na qual as implicações de uma historiografia acrítica da geografia são bem conhecidas – e as intervenções nessa área, sujeitas à avaliação crítica por suspeita de hagiografia, *presentismo* ou *internalismo* –, a tarefa de fabricar seleções baseadas na percepção da influência, impacto ou importância é complicada.
- 15 É precisamente porque livros-texto desse tipo servem como um primeiro rascunho da história discursiva e disciplinar, contribuem para o processo no qual a canonicidade é alcançada e desafiada e são frequentemente (embora nem sempre) compilados por “acadêmicos brancos, homens, heterossexuais e de classe média” que eles atraem e merecem considerável reflexão (Hubbard *et al.*, 2002: 10; Lindón e Hiernaux, 2010). Isso é especialmente verdadeiro devido ao fato de que muitas dessas coleções tendem a ser um tanto limitadas em seus horizontes espaciais e temporais e se concentram principalmente em textos clássicos, ao invés dos canônicos. Geógrafos que escreveram fora do contexto anglo-americano, ou que trabalharam antes de 1970, são frequentemente excluídos (Boyle, 2005). O livro *Key Texts in Human Geography* (Hubbard *et al.*, 2008), por exemplo, extrai sua amostra de 26 textos (todos originalmente publicados em inglês) exclusivamente do pós-Segunda Guerra Mundial, a maioria deles com data posterior a 1970. Embora a *Encyclopedia of Human Geography* (Kitchin e Thrift, 2009), em vários volumes, ofereça 60 biografias (muitas relacionadas a indivíduos não anglófonos que trabalharam antes da Segunda Guerra Mundial), é a série anual *Geographers: Biobibliographical Studies* que permanece a mais importante exceção a essa regra, já que perfilou mais de 400 geógrafos e praticantes/teóricos geográficos, independentemente de nacionalidade ou período histórico, desde 1977 (Armstrong e Martin, 2000). Apesar de sua composição, as antologias pedagógicas são uma importante ferramenta projetada para revelar aos estudantes de graduação (e outros) a confusão encarnada dos conceitos geográficos – para demonstrar que as ideologias e

doutrinas da geografia não são concepções imaculadas, mas produzidas por pessoas reais e, com frequência, mediante debate e contestação.

- 16 Essas antologias textuais destinadas a estudantes de graduação refletem, em seu microcosmo, debates mais amplos sobre a natureza, a composição e a direção futura das disciplinas, tanto da geografia quanto de outros campos (Barnett, 2002). David Hollinger (2012), por exemplo, traçou a história de seis volumes de uma dessas publicações – *The American Intellectual Tradition: A Sourcebook* – e como mudanças em seu foco e conteúdo ecoavam mudanças mais amplas na história intelectual americana. De sua perspectiva como coeditor do *Sourcebook*, Hollinger detalhou o debate geralmente estridente que tem acompanhado as decisões tomadas a cada edição revisada do livro a respeito dos autores e conceitos que seriam ou não eliminados. O *Sourcebook* difere de empreitadas geográficas semelhantes, gostaríamos de sugerir, no relativo privilégio conferido a textos e autores anteriores em relação às contribuições mais recentes. De fato, o problema enfrentado por Hollinger e seu coeditor em cada revisão do livro foi “obter o apoio da comissão para descartar qualquer coisa que tenha sido ‘canonizada’” (Hollinger, 2012: 190). Embora, a esse respeito, a geografia e a história intelectual americana difiram claramente, os processos de formação do cânone em cada disciplina – parcialmente definidos pela disputada produção de antologias pedagógicas – refletem e representam momentos específicos de construção da autoimagem disciplinar.
- 17 Esforços recentes para recuperar histórias ocultas ou antiquadas da geografia – particularmente a contribuição feita por mulheres à disciplina – têm desafiado as histórias predominantemente masculinas da disciplina (Keighren, 2010; Maddrell, 2009; Rossi, 2005). Outras iniciativas, tais como os relatórios nacionais sobre Geografia Social e Cultural – publicados na coleção *Mapping Worlds: International Perspectives on Social and Cultural Geographies* (Kitchin, 2007) –, podem ser lidas como correções geográficas da desequilibrada geopolítica da produção de conhecimento geográfico (Garcia-Ramon, 2003). No entanto, por mais preciosos que esses relatórios sejam, particularmente pelos *insights* que oferecem à história disciplinar, eles permanecem ancorados na imaginação territorial da “escola nacional”. Embora tais intervenções ajudem a combater as restrições espaciais e linguísticas, elas não fornecem uma solução simples à amnésia histórica dos geógrafos. Antes de considerarmos como uma reavaliação da canonicidade em geografia pode desafiar nossas limitações espaciais, temporais e intelectuais, é útil examinar como o cânone geográfico figurou nos caminhos que a geografia percorreu para se conhecer, definir suas competências e afirmar sua autoridade.

Sobre raízes e rotas

- 18 Nos últimos anos, os esforços historiográficos da geografia têm sido submetidos a um considerável debate acadêmico e testemunharam um distanciamento urgente de qualquer forma de narração histórica que possa ser definida pejorativamente como *internalista* ou hagiográfica. Os compromissos contemporâneos com a geografia no contexto histórico – atentos às viradas feminista e pós-colonial e aos entendimentos construtivistas do conhecimento – tenderam, portanto, a identificar e celebrar as diversas formas que a geografia assumiu, tanto como disciplina quanto como um conjunto de práticas discursivas contestadas (Driver, 1995: 403). Como se tem apontado, a história da geografia não é mais concebida como a preservação de uma “raça em extinção [tentando] encontrar raízes históricas para seu ofício” (Driver, 1995: 403). Que

a genealogia, a linhagem e as narrativas fundadoras têm sido importantes para os geógrafos é, no entanto, claro. Robert Mayhew (2011) descreveu recentemente os esforços elaborados separadamente por Carl Sauer e Richard Hartshorne para construir agendas intelectuais e metodológicas particulares para a geografia ao traçar narrativas contínuas entre suas visões para a disciplina e suas supostas origens: para Sauer, na Antiguidade Clássica; Para Hartshorne, no pensamento geográfico alemão do século XVIII. O cânone textual da geografia foi usado por Sauer e Hartshorne para validar entendimentos particulares e pessoais do trabalho, escopo e propósito da geografia e para fornecer evidências de que ela “sempre foi praticada assim” (Mayhew, 2011: 21). Embora a mesma coisa tenha ocorrido parcialmente com Fred Schaefer – cujo artigo póstumo de 1953, intitulado *Exceptionalism in geography*, era um apelo por uma virada nomotética na disciplina –, ele, em contraste com Sauer e Hartshorne, usou o cânone da geografia, particularmente o trabalho de Immanuel Kant, para mostrar a persistência de uma ideia errônea (isto é, que a geografia só poderia mesmo ser idiográfica) e não de uma retitude metodológica. Seja empregado com exaltação para demonstrar as raízes genealógicas de uma ideia ou método ou usado pejorativamente para mostrar a persistência do erro e o caminho para uma nova e melhor forma de compreensão, o cânone textual da geografia é importante para as maneiras pelas quais o futuro da geografia tem sido debatido e definido – isso tem servido como uma métrica com que os geógrafos mediram seu progresso e planejaram seu futuro.

- 19 O desejo de Sauer, Hartshorne e outros de assegurar a autoridade por meio da citação da linhagem textual⁹ é parte do processo mais amplo pelo qual a identidade disciplinar da geografia tem sido forjada e sua agenda metodológica, definida. Se a geografia disciplinar pode ser definida por algo, no entanto, é indiscutivelmente a sua luta de um século e meio para esclarecer e defender o que ela realmente representa. Ao escrever em 1887, Franz Boas notou uma tradição retórica venerável que concebia (e que, de fato, praticamente necessitava) “cada geógrafo distinto (...) expressando sua perspectiva sobre seus objetivos e escopo, e defendendo a geografia de ser desintegrada e engolida pela geologia, botânica, história e outras ciências” (Boas, 1887: 137). Em uma época na qual os departamentos de geografia como entidades acadêmicas independentes estão se tornando cada vez menos comuns – amalgamados em unidades organizacionais amplas, cujas credenciais científicas e atribuições disciplinares são mais óbvias para os administradores universitários, especialmente em tempos de pressão financeira –, é oportuno refletir sobre o quanto fomos bem-sucedidos nessa busca *boasiana* por explicar o propósito da geografia, deixar claro seu valor e preservar sua independência dentro da academia. Importa, por exemplo, que “poucos aspirantes a geógrafos possam articular concisa e concretamente a identidade de seu campo de estudo” quando aqueles que já fazem parte dessa disciplina igualmente enfrentam dificuldades nessa tarefa (Turner, 2002: 52)?
- 20 Seria errado sugerir, é claro, que a opinião sobre o que é considerado geografia sempre tenha sido unânime, mesmo em contextos nacionais, linguísticos e temporais compartilhados. O livro *Influences of Geographic Environment* (1911), de Ellen Semple – que se voltou ao cânone clássico para demonstrar sua autoridade acadêmica –, encorajou muitos geógrafos americanos e britânicos a considerar seriamente o potencial explicativo do ambientalismo, com a esperança de que ele proporcionaria à geografia uma metodologia cientificamente legítima numa época em que enfrentavam dificuldades para delimitar seu território acadêmico (Keighren, 2010). Nós sabemos, é

verdade, que o entusiasmo pelo ambientalismo de Semple sempre foi parcial e que escondeu dúvidas mais amplas, a exemplo daquela sobre se a geografia deveria ser um empreendimento idiográfico ou nomotético. Para alguns daqueles geógrafos que estavam insatisfeitos com as limitações do ambientalismo, Sauer (1925), em *The morphology of landscape*, ofereceu uma abordagem alternativa. Assim como no caso do ambientalismo, o entusiasmo por essa abordagem do estudo da paisagem cultural variou (dentro e fora dos Estados Unidos) e teve duração limitada. Embora *The Nature of Geography*, de Hartshorne (1939), seja considerado determinante para a disciplina – elevou a geografia regional a um padrão intelectual e metodológico ao longo dos anos 1940 e 1950 –, isso também ocorreu apenas em contextos específicos, tais como o das principais universidades do Meio-Oeste dos Estados Unidos. Praticamente o mesmo ocorreu com a ciência espacial, que substituiu a geografia regional (em certas instituições e em momentos específicos) durante a chamada revolução quantitativa, e com as geografias humanísticas e comportamentais que a substituiriam posteriormente (Barnes, 2001).

- 21 Narrada dessa maneira, a geografia disciplinar é definida, ao menos superficialmente, por um ciclo de revoluções nomotéticas e contrarrevoluções idiográficas – um padrão que, certamente, oculta a “desordem” heterogênea da disciplina e contradiz quaisquer esforços para conceber essas mudanças como paradigmáticas em um sentido *kuhniano* (Livingstone, 1992). O fluxo e refluxo da história da geografia anglo-americana do século XX é familiar o suficiente – uma história de esforços reiterados para afastar as teias de aranha de teoria e prática insatisfatórias e definir o campo de estudo da geografia em um definitivo metadiscorso metodológico. Avaliado dessa maneira, o progresso em geografia não é tão distante daquele de qualquer outra disciplina acadêmica. O que o distingue, no entanto, é o quão veementes os geógrafos têm sido ao rejeitar o trabalho das gerações anteriores – muitas vezes demolindo o que foi construído anteriormente, em vez de construir sobre as bases já existentes – e o quão rápido, em comparação a outras disciplinas, esse processo ocorreu e continua ocorrendo. Essa, talvez, seja a verdadeira natureza do excepcionalismo da geografia. Um dos aspectos mais notáveis e particulares da geografia humana, como já foi notado outras vezes, é a rapidez com que seus praticantes e suas obras são elevados a “clássicos” e a mesma velocidade com que podem perder esse *status*:

À medida que as abordagens caem em desuso, o mesmo ocorre com o prestígio da reputação do geógrafo. É especialmente a geografia, entre as ciências sociais sérias, que parece amaldiçoada pela cultura da celebridade. Isso significa que muitas figuras centrais do passado da geografia são propositalmente esquecidas. (Powell, 2011: 519)

- 22 Demorou apenas uma geração, por exemplo, para que Ellen Semple, na perspectiva de seus contemporâneos de profissão, deixasse de ser “a maior geógrafa” para se tornar o “bicho-papão¹⁰ de um conceito ligeiramente tolo que agora felizmente foi abandonado e esquecido” (Keighren, 2010: 170, 174). Para muitos, o seu *Influences of Geographic Environment*, portanto, permanece “um livro (...) [que alguém] preferiria esquecer ao invés de lembrar” (Castree, 2011: 229). Embora a reação ao ambientalismo de Semple tenha sido particularmente loquaz, houve um esquecimento silencioso – ainda que não menos profundo – de boa parte do trabalho geográfico anterior à Segunda Guerra Mundial. O *Influences* é, então, simplesmente mais um dos diversos textos que, nas palavras elegantes de Ron Johnston (2011: 244), são “citados com uma frequência maior do que (...) são lidos”. Há valor em debater se esse silenciamento da história textual da

geografia importa. Nós gostaríamos de sugerir que – por várias razões práticas, pedagógicas e ideológicas – sim, e que, por isso, também vale a pena pensar criticamente sobre modos de funcionamento do cânone textual da geografia, como ele é contestado e os propósitos para os quais ele é evocado.

- 23 A natureza múltipla e contestada das paixões disciplinares da geografia significa que obter um consenso sobre a questão do que constitui seu cânone textual é uma tarefa tensa e espinhosa – um exercício aparentemente desnecessário. Uma consequência natural dessa complexidade é que o cânone da geografia é imaginado diferentemente por públicos que residem em diferentes contextos institucionais, nacionais e linguísticos. Uma área em que a possibilidade (e a promessa) de canonicidade ainda se mantém, no entanto, é a pedagogia de nível universitário, particularmente em seminários de pós-graduação sobre a história do pensamento geográfico – aulas que comumente constituem “uma fase na educação de um geógrafo profissional” (Turner, 2002: 52). Embora tais seminários tenham um papel superficialmente disciplinador na busca por definir a emergente identidade profissional de geógrafos em formação ao traçar conexões entre o passado intelectual da geografia e seu presente, as listas de leitura que definem esses seminários são intrinsecamente tão variadas que “qualquer identidade previamente definida desaparece em pouco tempo” (Turner, 2002: 52). Como Billie Lee Turner (2002: 52) destacou, o efeito pejorativo de tais seminários pode inverter seu papel formador ao inculcar a suspeita de que a “geografia não é tanto uma disciplina (...), mas uma forma de conhecimento”.
- 24 O argumento em favor da apresentação do cânone da geografia aos estudantes – ainda que possa constituir um produto altamente individual da genealogia pedagógica do organizador do seminário – é que ele oferece um núcleo comum aos alunos, frequentemente oriundos dos mais díspares contextos educacionais e disciplinares, um vocabulário intelectual, um entendimento compartilhado daquilo com que os geógrafos se preocuparam no passado e uma indicação de como as tendências contemporâneas da disciplina acompanham (ou reagem) às tendências anteriores. Nesse sentido, os textos que constituem o cânone da geografia humana – sob o ponto de vista pedagógico – podem incluir tanto aqueles cujas declarações (em uma perspectiva contemporânea) foram confirmadas quanto aqueles cujos argumentos foram contestados. Os textos considerados canônicos deveriam ser aqueles dignos de atenção não por serem relativamente “visionários ou contributários”,¹¹ mas pela importância do papel que eles desempenharam em seu contexto contemporâneo (Bird, 1983: 55). Como nós já dissemos, há uma diferença sutil e importante entre um texto que pode ser entendido como parte do cânone da geografia e aquele ao qual pode ser atribuído o rótulo “clássico”. É por essa razão que a tendência passiva (quando não o desejo ativo absoluto) de esquecer textos geográficos que se supõe terem sido desacreditados, ou aqueles cujo conteúdo se acredita não possuir alguma relevância contemporânea, é potencialmente problemática. Essa dificuldade é agravada quando os julgamentos são feitos com base em textos não lidos – seja por causa de suposições pejorativas feitas pelo leitor sobre o conteúdo do livro ou simplesmente porque o livro em questão está escrito em um idioma que difere daquele do leitor.
- 25 A primeira questão – a da avaliação preconceituosa – fez Carl Sauer relutar para se envolver com a obra de Friedrich Ratzel: ele foi, escreveu o autor, “prejudicado pelo entusiasmo da senhorita [Ellen] Semple por seu grande mestre ambientalista” (Keighren, 2010: 146). A leitura posterior de Ratzel pelo próprio Sauer – motivada pelos

antropólogos *boasianos* Alfred Kroeber e Robert Lowie em Berkeley, que o encorajaram a reavaliar a *Anthropogeographie* de Ratzel (1882, 1891), particularmente seu segundo volume – foi suficientemente distinta daquela de Semple para que as ideias contidas na obra de Ratzel se tornassem uma influência importante no estudo da paisagem cultural por Sauer. Richard Hartshorne optou por superar a segunda questão – a da compreensão do idioma – ao se comprometer com o estudo da língua alemã. Hartshorne “contratou um professor alemão e estudou o idioma pelo menos três horas por dia ao longo de dois anos” e, por consequência, trouxe um corpo significativo de literatura geográfica alemã para sua esfera de compreensão (Martin, 1994: 483). Deixando de lado a dedicação de Hartshorne, há uma antiga preocupação de que os geógrafos anglófonos tendem a ser linguisticamente insulares – ignorando não apenas aspectos importantes da história da geografia, mas também suas preocupações atuais (Gade, 1983). Isso não é, claro, um problema exclusivo da geografia – Don DeLillo fez uma famosa sátira dessa situação em seu romance *White Noise* (1985) ao tornar seu protagonista, um professor de estudos sobre Hitler, incapaz de ler alemão (uma complicação que não necessariamente introduz algum obstáculo à sua carreira).

Sobre limites e redes

- 26 A influência pejorativa da hegemonia anglo-americana na publicação em geografia humana contemporânea – impulsionada, em parte, pela emergente relevância da bibliometria com viés anglófono na avaliação da produção dos geógrafos – tem sido objeto de bastante debate recentemente (Aalbers, 2004; Bajerski, 2011; Garcia-Ramon, 2003; Schuermans *et al.*, 2010). Um pouco menos atenção tem sido dada ao cânone histórico da geografia não-anglófona e à questão de como (e se) ele deve ser trazido à atenção contemporânea. Projetos de tradução recentes, como a série *Alexander von Humboldt in English*, da *University of Chicago Press*, e reflexões histórico-críticas, como a *Reading Kant's Geography* (Elden and Medietta, 2011), contribuem consideravelmente para tornar acessíveis aos leitores anglófonos ideias anteriormente fora de seu alcance linguístico. Talvez seja relevante dizer, no entanto, que o *Reading Kant's Geography* é publicado como parte de uma série de livros em *Contemporary Continental Philosophy*.
- 27 A filosofia continental é um ramo de estudos com o qual (a despeito de suas tradições linguísticas majoritariamente não-anglófonas) os geógrafos humanos têm se comprometido com interesse e entusiasmo. Isso se deve, em parte, à sua ampla disponibilidade em tradução e à fama e capital intelectual que a filosofia continental confere a determinadas linhas de pesquisa da geografia humana. Por todas essas razões, os geógrafos continentais costumam ser menos familiares aos geógrafos humanos anglo-americanos do que suas contrapartes filosóficas. Nós gostaríamos de assinalar que o fato de a obra de Augustin Berque, Horacio Capel, Franco Farinelli, Yves Lacoste, Jacques Lévy, Claude Raffestin e Milton Santos (trabalhando no contexto brasileiro), entre tantos outros, estar costumeiramente além do alcance da geografia anglo-americana representa não apenas uma situação lamentável, mas também um obstáculo ao pensamento geográfico crítico e eficaz. Uma edição temática recente do periódico *Environment and Planning D: Society and Space* dedicada a Raffestin mostrou aos acadêmicos anglófonos o que eles perderam até aqui (Klauser, 2012).
- 28 Os geógrafos continentais, apesar das diferenças linguísticas, parecem mais comprometidos com as “geográficas canônicas” uns dos outros, e isso se reflete

parcialmente em diversas narrativas historiográficas e estudos especializados. Embora frequentemente ignorado ou subestimado em histórias disciplinares anglófonas, ou mesmo em histórias da paisagem (ver, por exemplo, Wylie, 2007), Vidal de la Blache, por exemplo, permanece uma figura-chave tanto nas narrativas historiográficas francesas quanto nas espanholas e italianas, como também é o caso de Ritter e Humboldt (Capel, 1987. Farinelli, 1992). Igualmente, alguns dos escritos de Élisée Reclus, recentemente disponibilizados em italiano, foram tema de simpósios com a participação de acadêmicos de diferentes nacionalidades e tradições geográficas (Reclus, 2005 [1869]; Schmidt, 2007; Université Jean Moulin Lyon 3, 2006). Uma antologia recente de ensaios sobre educação geográfica, editada pela geógrafa italiana Marcella Schmidt (2010), oferece um exemplo louvável de historiografia “alternativa”. A coleção reúne textos canônicos e não-canônicos de autores pertencentes a diferentes tradições acadêmicas (e não acadêmicas) e nacionalidades, escritos entre o século XX e o início do século XX, período que marcou a institucionalização disciplinar da geografia. Um dos aspectos mais notáveis da coleção é a maneira como os escritos e biografias desses autores (que estão, com frequência, diretamente conectados) dialogam uns com os outros. Coletivamente, os ensaios demonstram uma preocupação comum com a educação geográfica direcionada à “aprendizagem profunda” e crítica em oposição à assimilação mnemônica passiva, mas também são um testemunho do poder da geografia em moldar imaginações coletivas e as redes capazes de transcender limites regionais e nacionais.

- 29 Conforme observado por Schmidt, embora a institucionalização disciplinar estivesse de mãos dadas com a autoafirmação dos Estados-nação europeus, e, de fato, boa parte da reputação da geografia está ligada à sua capacidade de moldar e educar no discurso nacional, a geografia também ofereceu uma linguagem para pensar “globalmente” – algo que as histórias tradicionais da geografia no século XIX nos fazem esquecer. Para a geógrafa feminista e pacifista Zonia Baber, por exemplo, o professor de geografia, mais que qualquer outra pessoa, poderia eliminar o preconceito racial, “porque a geografia é a única disciplina que nos coloca em contato com seres humanos de todo o mundo” (Baber, 2010 [1916]: 295; Monk and Schmidt di Friedberg, 2011). De maneira similar, Peter Kropotkin (2010 [1895]: 144) argumentou que “a tarefa da geografia é nos ensinar que todos somos irmãos”. Baseado nesse pressuposto, o anarquista russo propôs uma rede escolar internacional como um antídoto ao ódio nacionalista e um passo fundamental em direção ao pacifismo. O projeto colocaria alunos russos e ingleses em correspondência por meio de cartas e trocas de pequenos objetos colecionáveis de seus países, lançando, assim, as bases do diálogo para as gerações futuras, crença compartilhada por Halford Mackinder, um geógrafo com valores políticos diametralmente opostos (Schmidt, 2010: 17). Propostas como a de Kropotkin podem ser entendidas como reflexos (ou versão em escala reduzida) de projetos internacionais mais amplos que tinham por objetivo impulsionar o aprendizado pessoal e a cooperação internacional através de uma linguagem “universal” – seja a da ciência ou a das artes – entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (della Dora, 2010). Esse foi um período caracterizado por profunda instabilidade política, ou, segundo as palavras de Grace Brockington (2009: 9), por “batalhas e tratados”, assim como por uma proliferação sem precedentes de organizações e iniciativas internacionais (ver também Sheet-Pyenson, 1985). Nesse contexto, os geógrafos se sentiam imbuídos de uma grande responsabilidade moral, não apenas por moldar e educar o público para a nova imaginação global. Reclus esperava, portanto, que colaboradores globalmente

articulados de todos os cantos do mundo se juntassem “para escrever o grande livro do conhecimento humano” (*pour rédiger le grand livre des connaissances humaines*) e, com isso, contribuíssem para uma geografia verdadeiramente universal (Reclus, 1875: 5). Na mesma linha, em 1891, Albrecht Penck propôs um “mapa-múndi verdadeiramente internacional”, em escala 1 para 1 milhão, baseado em convenções e símbolos cartográficos, mas “com os topônimos expressos nos idiomas oficiais falados pelas populações representadas em cada folha” (Heffernan, 2002: 209). O grandioso projeto do *Grande Globo* em Paris, de Reclus, e a *Outlook Tower* em Edimburgo, de Patrick Geddes, vieram logo em seguida (Alavoine-Muller, 2003; Matless, 1992).

- 30 Esses e outros projetos foram, em parte, motivados pelas angústias em meio às quais foram concebidos. O fim do século XIX não foi apenas uma época de nacionalismos e imperialismos agressivos, mas um interlúdio entre dois conflitos devastadores (a Guerra Franco-Prussiana e a Primeira Guerra Mundial) nos quais a fragmentação europeia estimulou um contramovimento em direção à cooperação internacional (Brockington, 2009: 10). Geógrafos como Reclus, Kropotkin ou Penck, assim como Geddes e o acadêmico italiano Arcangelo Ghisleri, não foram apenas pregadores visionários do internacionalismo e responsáveis por grandes projetos utópicos; eles também foram os primeiros a abraçar pessoalmente redes acadêmicas transnacionais e multilíngues através das quais suas ideias e obras surgiram – redes que transcendem os modelos de “escola nacional” ou “centro-periferia”; redes que, até certo ponto, nós perdemos em uma cultura textual cada vez mais centralizada e monolíngue.

Sobre possibilidades e futuros

- 31 Os exemplos acima ilustram como o comprometimento com textos canônicos multilíngues pode levar à redescoberta de redes esquecidas, historiografias alternativas e, por conseguinte, a novas maneiras de recontar o passado da geografia. Mais ainda, também pode levar, nós argumentamos, a novas maneiras de se comprometer com o presente e, notavelmente, imaginar e moldar futuros possíveis. Gostaríamos de concluir, portanto, com uma breve reflexão sobre como esses futuros possíveis podem parecer e ganhar forma.
- 32 Como qualquer disciplina, a geografia é, afinal, uma “comunidade imaginada” com seus próprios mitos fundadores e antepassados, seus próprios heróis e mártires. Como em qualquer comunidade imaginada, essas histórias e personificações mudam ao longo do tempo. No entanto, como mencionamos anteriormente, ao nos afastarmos de “relatos hagiográficos” e reavaliarmos cada vez mais o papel da geografia como um espaço para a troca interdisciplinar, parece que, curiosamente, nos encaminhamos para o outro extremo: um tipo de “cultura da celebridade” no qual o *status* de “clássico” é adquirido ou perdido numa velocidade inigualável. Essa cultura, como vimos acima, pouco incentiva o comprometimento sério com os textos canônicos. Alguém pode se perguntar até que ponto este é um fenômeno específico da geografia humana como uma subdisciplina, e até que ponto é peculiar a uma geografia anglófona muitas vezes presa em *presentismos*, paroquialismos e sua obsessão por “novidades” (Powell, 2011).
- 33 Em um fórum publicado por ocasião do centenário da *Association of American Geographers*, Mei-Po Kwan (2004) observou como a consciência geográfica tem sido guiada por um processo de purificação por meio do qual as perspectivas existentes são consideradas incompatíveis com, e um obstáculo para, novas visões. Kwan (2004: 759)

atribuiu esse estado de coisas parcialmente à influência do modelo *kuhniano* na historiografia disciplinar, segundo o qual paradigmas sucessivos eclipsam uns aos outros e parecem demandar uma “ruptura absoluta com as práticas existentes e o domínio de uma visão singular”. Como um empreendimento complexo, multivocal e contestado, a geografia escapa às narrativas paradigmáticas (Livingstone, 1992). Em consequência, embora o modelo de Kuhn possa ser útil para mapear e dar sentido a períodos de crise e transformação (por exemplo, a revolução quantitativa estabelecida pelos imperativos do Pós-Guerra ou, hoje, dos imperativos da crise financeira e seu impacto sobre as agendas de pesquisa atuais e futuras), ele deixa pouco espaço para a diversificação interna. Em vez disso, sugere Kwan, ele “tende a intensificar o antagonismo no interior da geografia porque sugere que o estado normal da geografia humana envolve a vitória de uma perspectiva sobre outra e que há algo errado com a persistência de um ponto de vista incompatível” (2004: 759). Kwan propõe, por isso, um modelo historiográfico alternativo baseado em redes temáticas, noções de hibridismo e “tolerância cosmopolita” na disciplina. Essas ideias ecoam, com o modelo genealógico proposto por Mayhew (2011), ou, no campo da história dos mapas, com o *Cartography without progress*, de Matthew Edney (1993), como uma estratégia para combater as tradicionais narrativas monolíticas e heroicas.

- 34 Esses modelos têm o potencial de oferecer um entendimento mais nuançado do passado complexo da geografia e, por consequência, uma melhor apreciação de seu papel contínuo como um espaço para o diálogo interdisciplinar e como o ponto de encontro de duas culturas e modos diferentes de olhar o mundo: científico e humanista (Lowenthal, 2011). No entanto, argumentamos que é importante que o desenvolvimento desses modelos, como de quaisquer outros, seja paralelo (e apoiado) por uma acessibilidade crescente e um comprometimento mais sério com textos canônicos; e que esse comprometimento seja espacial (para superar as tradições nacionais e as barreiras linguísticas) e temporal (para superar preconceitos históricos). É verdade que as batalhas há muito tempo não são travadas no núcleo da disciplina, mas em suas margens, e assim elas têm sido há pelo menos duas décadas (Entrikin, 1991). Ainda assim, como Powell (2011: 519-520) argumenta, sem um sentido desses textos centrais, nós corremos o risco de nos tornarmos “cada vez mais afastados de qualquer sentido de uma comunidade de prática ou, realmente, de um empreendimento compartilhado e contestado”. O que está em jogo é a *raison d'être* da geografia – ou seja, estar familiarizado com o mundo fora do alcance imediato, uma curiosidade que explora ideais de educação, de cidadania, ideais de como lidar com a diferença e, assim, com o lugar de cada um no mundo (Soovali-Sepping, 2010).
- 35 O que podemos fazer, e como deveríamos fazê-lo, a respeito desse estado de coisas? Gostaríamos de salientar que há uma variedade de cursos de ação possíveis – tanto de curto quanto de longo prazo – que podem ser seguidos com proveito. O primeiro é clamar por inovação nos modos como a história disciplinar e discursiva da geografia é ensinada nos níveis de graduação e pós-graduação. Em parte, isso é para tirar proveito das novas tecnologias digitais, a exemplo do *Google Books*, que tornam acessíveis, a custo zero, muitos dos textos-chave da geografia do século XIX e início do século XX. Da mesma maneira que projetos de digitalização comercial, tais como o *Early English Books Online* e o *Eighteenth-Century Collection Online*, promoveram novos tipos de pesquisas e inovação pedagógica, o acesso aperfeiçoado à cultura impressa da geografia pode ser um facilitador de novas formas de compreensão e ensino do pensamento geográfico (Berland, 2006; Gadd, 2009; Spedding, 2011). O *Historical Geography Research Group* e o

History and Philosophy of Geography Research Group, da *Royal Geographical Society* (com o *Institute of British Geographers*), estão, por exemplo, elaborando planos para uma bibliografia eletrônica, com o objetivo de fornecer um acesso centralizado e gratuito a cópias digitais de textos de geografia dos séculos XIX e XX. Incentivar os alunos de graduação a se comprometer criticamente com as ideias dos geógrafos em seu formato original de publicação – acompanhado por aulas de apoio – oferece uma alternativa valiosa às necessariamente curtas e seletivas interpretações dessas ideias em livros-texto. Onde os textos canônicos podem ser utilizados para contextualizar e ilustrar temas encontrados pelos estudantes em outras partes do currículo – geopolítica, teoria ambiental, dinâmica populacional – o valor é ainda maior.

- 36 Embora os programas de doutorado em geografia em instituições norte-americanas tenham uma tradição estabelecida de construção da identidade disciplinar por intermédio da leitura de textos geográficos canônicos e contemporâneos, essa tradição é menos evidente no contexto britânico (uma consequência, em parte, da estrutura mais curta dos programas). Ainda que uma atenção significativa seja dada – no sistema britânico – ao treinamento em pesquisa e ao desenvolvimento de habilidades transmissíveis, em comparação, pouco tempo é dedicado (fora dos programas de mestrado) à formação de uma identidade ou perspectiva disciplinar. Pode ser difícil, portanto, especialmente ao contexto geralmente interdisciplinar e à origem internacional dos estudantes de doutorado, desenvolver um entendimento comum sobre o que significa pensar geograficamente. Uma atenção ao cânone textual da geografia é uma maneira pela qual isso pode ser alcançado. Nosso argumento não é, sejamos claros, por essencialismo – por um currículo ou uma visão única da história da geografia. Em vez disso, é sugerir que há um valor – pedagógico e intelectual – em se comprometer com os textos do passado da geografia. Os argumentos em favor do valor pedagógico se aplicam igualmente no contexto da pesquisa. A leitura do cânone da geografia pode não apenas evitar que um estudioso reinvente a roda, mas também mostrar novos caminhos investigativos a ela ou ele.
- 37 Audrey Kobayashi (2012: 3) notou recentemente os desafios associados ao ensino da história da disciplina, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação: “Departamentos enfrentam dificuldades para avivar nossa história de um modo que os estudantes não se rebelem se for requerido que eles façam um curso, ou parte dele, sobre o tema. Mesmo estudantes de pós-graduação se opõem (...) a perder tempo aprendendo sobre sua herança intelectual”. Estudos críticos e informados em geografia dependem, porém, de uma compreensão sólida do que veio antes. Como Kobayashi (2012: 3) ainda observa, na ausência de uma base suficiente na história do pensamento geográfico, os estudiosos contemporâneos correm o risco de expor sua fraqueza e falta de nuance: “Recentemente tenho visto um montante significativo de ambientalismo insidioso em apresentações de conferências, por exemplo, que poderiam fazer alguma interpretação crítica baseada nos debates que ocorreram no início do século XX” (ver também Abrahamsson, 2011). Quando nós optamos por ignorar a trajetória histórica de nossa disciplina, corremos o risco de comprometer as suas futuras direções de pesquisa. Embora esteja além dos limites deste artigo enumerar todas as maneiras pelas quais o ensino de história disciplinar pode ser estimulado, nós sentimos que encorajar os estudantes a se comprometer criticamente com as palavras de geógrafos do passado e os debates que estas provocaram – para entendê-las em um contexto dialógico – é uma maneira pela qual as ideias geográficas podem ser apresentadas não como meros conceitos abstratos, mas coisas situadas no tempo e no espaço; coisas atacadas e

defendidas; coisas produzidas pela paixão e pelo acaso. Isso é muito mais do que tornar os estudantes informados do legado textual e dos antecedentes intelectuais da geografia – é sobre torná-los consumidores e produtores de conhecimento críticos e informados.

- 38 Em acréscimo a tais ações de curto prazo, gostaríamos de sugerir que, em longo prazo, é importante considerar as maneiras pelas quais os textos mais antigos da geografia podem se tornar mais acessíveis, assim como que a escrita geográfica não-anglófona esteja disponível aos geógrafos anglófonos. Ainda que estudiosos em disciplinas próximas possam comprar edições acadêmicas de textos canônicos e clássicos, eles são raros na geografia. A recente reedição de *Fitzgerald: Geography of Revolution*, de William Bunge, pela *University of Georgia Press* – com uma introdução erudita escrita por Nik Heynen e Trevor Barnes –, é uma exceção maravilhosa a essa regra. Não poderíamos nos beneficiar, como acadêmicos e como uma disciplina, de edições críticas semelhantes, por exemplo, da *Anthropogeographie*, de Ratzel (1882, 1891), da *The Nations of the Modern World*, de Mackinder (1911), e do *Innovation Diffusion as a Spatial Process*, de Torsten Hägerstrand (1967)? Além desse compromisso de longo prazo com o envolvimento crítico com tais textos, deve haver um desejo de encorajar a tradução de escritos geográficos não-anglófonos ao inglês. Apesar de nem todos compartilharmos a tenacidade linguística de Hartshorne e a facilidade para adquirir novas habilidades linguísticas, certamente podemos apoiar e encorajar iniciativas que procurem desafiar barreiras linguísticas à circulação do pensamento geográfico. É claro que a realocação linguística de ideias não corresponde, ao menos diretamente, à sua circulação intelectual, mas claramente tem o potencial para fazê-lo.
- 39 Valorizar a novidade não significa necessariamente depreciar o que veio antes. Do mesmo modo, comprometer-se com os textos do passado da geografia não significa celebrá-los ou justificá-los. Não podemos esperar que acadêmicos de outras disciplinas levem a geografia a sério se não estivermos dispostos a fazer o mesmo. Não deveríamos, portanto, ficar envergonhados com nossos predecessores, tampouco presumir que seu trabalho seja irrelevante para o nosso. É apenas olhando para trás que podemos ver de onde viemos e para onde podemos ir agora. Nosso propósito aqui, sejamos claros, não é um convite à catalogação de um cânone em geografia, mas, em vez disso, é sugerir que, ao examinar a canonicidade como um processo, nós podemos aprender mais sobre a formação (e a ruptura) da geografia humana como uma disciplina. Além disso, ao identificar novas maneiras de promover um comprometimento com os textos do passado da geografia (particularmente aqueles publicados antes da Segunda Guerra Mundial), podemos facilitar o estudo geográfico crítico, evitar a duplicação de trabalhos existentes e iluminar novos rumos para a disciplina.

BIBLIOGRAFIA

Aalbers, M. B. (2004). Creative destruction through the Anglo-American hegemony: a non-Anglo-American view on publications, referees and language. *Area* 36(3): 319–322.

- Abrahamsson, C. (2011). Review of 'Vibrant Matter: A Political Ecology of Things', by Jane Bennett. *Dialogues in Human Geography* 1(3): 399–402.
- Agnew, J.; Livingstone, D. N.; Rogers, A. (eds.) (1996). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford, UK: Blackwell.
- Alavoine-Muller, S. (2003). Un globe terrestre pour l'Exposition universelle de 1900. L'utopie géographique d'Élisée Reclus. *L'Espace Géographique* 32(2): 156–170.
- Alter, R. (2000). *Canon and Creativity: Modern Writing and the Authority of Scripture*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Alter, R. (2004). Introduction. In: Kermode, F. (ed.) *Pleasure and Change: The Aesthetics of Canon*. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 3–12.
- Armstrong, P. H.; Martin, G. J. (2000). Geographers: Biobibliographical Studies, 1977–2000. *The Geographical Review* 90(2): 256–259.
- Baber, Z. (2010 [1916]). Opportunità perdute nell'insegnamento della geografia. In: Schmidt, M. (ed.) *Cos'è il mondo? È un globo di cartone: insegnare geografia fra Otto e Novecento*. Milan, Italy: Unicopli, pp. 292–295.
- Baigent, E. (1993). Geography, geographers and the 'New Dictionary of National Biography'. *Journal of Historical Geography* 19(4): 448–452.
- Baigent, E. (2004). The geography of biography, the biography of geography: rewriting the 'Dictionary of National Biography'. *Journal of Historical Geography* 30(3): 531–551.
- Bajerski, A. (2011). The role of French, German and Spanish journals in scientific communication in international geography. *Area* 43(3): 305–313.
- Barnes, T. J. (2001). Lives lived and lives told: biographies of geography's quantitative revolution. *Environment and Planning D: Society and Space* 19(4): 409–429.
- Barnes, T. J. (2002) Performing economic geography: two men, two books, and a cast of thousands. *Environment and Planning A* 34(3): 487–512.
- Barnes, T. J. (2012). Gunnar Olsson and me. In: Abrahamsson, C.; Gren, M. (eds.) *GO: On the Geographies of Gunnar Olsson*. Aldershot, UK: Ashgate, pp. 245–258.
- Barnes, T. J.; Abrahamsson, C. (forthcoming). The imprecise wanderings of a precise idea: the travels of spatial analysis. In: Meusburger, P.; Jöns, H. (eds.) *Spatial Mobility of Knowledge*. Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- Barnett, C. (2002). The cultural turn: fashion or progress in human geography? *Antipode* 30(4): 379–394.
- Berland, K. (2006). Formalized curiosity in the electronic age and the uses of on-line text bases. *The Age of Johnson* 17: 391–414.
- Bird, J. (1983). Transactions of ideas: a subjective survey of the 'Transactions' during the first fifty years of the institute. *Transactions of the Institute of British Geographers* 8(1): 55–69.
- Boas, F. (1887). The study of geography. *Science* 9(210): 137–141.
- Boyle, M. (2005). Biographical approaches in the teaching of the history and philosophy of human geography: introduction to review essays on Key Thinkers on Space and Place. *Environment and Planning A* 37(1): 161–164.

- Brockington, G. (2009). *Internationalism and the Arts in Britain and Europe at the Fin de Siècle*. Oxford, UK: Peter Lang.
- Bunge, W. (2011 [1971]). *Fitzgerald: Geography of a Revolution*. Athens, GA: University of Georgia Press.
- Capel, H. (1987). *Filosofia e scienza nella geografia contemporanea*. Milan, Italy: Unicopli.
- Castree N (2011) Review of Innes M. Keighren's 'Bringing Geography to Book: Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge'. *Annals of the Association of American Geographers* 101(1): 227–229.
- DeLillo, D. (1985). *White Noise*. New York, NY: Viking.
- della Dora, V. (2010). Making mobile knowledges: the educational cruises of the *Revue Générale des Sciences Pures et Appliquées*, 1897–1914. *Isis* 101(3): 467–500.
- Driver, F. (1995). Geographical traditions: rethinking the history of geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 20(4): 403–404.
- Edney, M. (1993). Cartography without progress: reinterpreting the nature and historical development of mapmaking. *Cartographica* 30(2–3): 54–68.
- Elden, S.; Mendieta, E. (eds.) (2011). *Reading Kant's Geography*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Entrikin, N. (1991). *The Betweenness of Place: Towards a Geography of Modernity*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Farinelli, F. (1992). *I segni del mondo: immagine cartografica e discorso geografico in età moderna*. Florence, Italy: Scandicci.
- Fishelov, D. (2010). *Dialogues With/And Great Books: The Dynamics of Canon Formation*. Eastbourne, UK: Sussex Academic Press.
- Gadd, I. (2009). The use and misuse of Early English Books Online. *Literature Compass* 6(3): 680–692.
- Gade, D. W. (1983). Foreign languages and American geography. *The Professional Geographer* 35(3): 261–266.
- Garcia-Ramon, M. D. (2003). Globalization and international geography: the questions of languages and scholarly traditions. *Progress in Human Geography* 27(1): 1–5.
- Gould, P. (1979). Geography 1957–1977: the Augean period. *Annals of the Association of American Geographers* 69(1): 139–151.
- Guillory, J. (1993). *Cultural Capital: The Problem of Literary Canon Formation*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Hägerstrand, T. (1967). *Innovation Diffusion as a Spatial Process* (Pred A, Trans). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Hannah, M. G.; Strohmayer, U. (2001). Anatomy of debate in human geography. *Political Geography* 20(3): 381–404.
- Hartshorne, R. (1939). *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*. Lancaster, PA: Association of American Geographers.
- Heffernan, M. (2002). The politics of the map in the early twentieth century. *Cartography and Geographic Information Science* 29(3): 207–226.

- Hollinger, D. A. (2012). What is our 'canon'? How American intellectual historians debate the core of their field. *Modern Intellectual History* 9(1): 185–200.
- Hubbard, P.; Kitchin, R.; Bartley, B.; Fuller, D. (eds.) (2002). *Thinking Geographically: Space, Theory, and Contemporary Human Geography*. London, UK: Continuum.
- Hubbard, P.; Kitchin, R. Valentine, G. (eds) (2004). *Key Thinkers on Space and Place*. London, UK: Sage.
- Hubbard, P.; Kitchin, R.; Valentine, G. (eds.) (2008). *Key Texts in Human Geography*. London, UK: Sage.
- Johnston, R. J. (2005). Learning our history from our pioneers: UK academic geographers in the Oxford Dictionary of National Biography. *Progress in Human Geography* 29(5): 651–667.
- Johnston, R. J. (2011). Review of Innes M. Keighren's 'Bringing Geography to Book: Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge'. *Journal of Historical Geography* 37(2): 244–245.
- Keighren, I. M. (2006). Bringing geography to the book: charting the reception of 'Influences of Geographic Environment'. *Transactions of the Institute of British Geographers* 31(4): 525–540.
- Keighren, I. M. (2010). *Bringing Geography to Book: Ellen Semple and the Reception of Geographical Knowledge*. London, UK: I.B. Tauris.
- Kermode, F. (2004). *Pleasure and Change: The Aesthetics of Canon*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Kitchin, R. (ed.) (2007). *Mapping Worlds: International Perspectives on Social and Cultural Geographies*. Abingdon, UK: Routledge.
- Kitchin, R.; Thrift, N. (eds.) (2009). *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford, UK: Elsevier.
- Klauser, F. R. (2012). Thinking through territoriality: introducing Claude Raffestin to Anglophone sociospatial theory. *Environment and Planning D: Society and Space* 30(1): 106–120.
- Kobayashi, A. (2012). Valuing the history of our discipline. *AAG Newsletter* 47(6): 3.
- Kropotkin, P. A. (2010 [1895]). Cosa dovrebbe essere la geografia. In: Schmidt, M. (ed.) *Cos'è il mondo? È un globo di cartone: insegnare geografia fra Otto e Novecento*. Milan, Italy: Unicopli, pp. 142–160.
- Kwan, M. P. (2004). Beyond difference: from canonical geography to hybrid geographies. *Annals of the Association of American Geographers* 94(4): 756–763.
- Lindón, A.; Hiernaux, D. (eds.) (2010) *Los giros de la geografía humana: desafíos y horizontes*. Barcelona, Spain: Anthropos.
- Livingstone, D. (1992). *The Geographical Tradition*. Oxford, UK: Blackwell.
- Lorimer, H. (2003a). Telling small stories: spaces of knowledge and the practice of geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 28(2): 197–217.
- Lorimer, H. (2003b). The geographical field course as active archive. *cultural geographies* 10(3): 278–308.
- Lowenthal, D. (2011). From scientism to humanism: geography and the two cultures. In: *Annual Meeting of the Association of American Geographers*, Seattle, 13 April.
- Mackinder, H. (1911). *The Nations of the Modern World: An Elementary Study in Geography and History*. London, UK: George Philip.

- Maddrell, A. (2009). *Complex Locations: Women's Geographical Work in the UK 1850–1970*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Martin, G. J. (1994). Richard Hartshorne, 1899–1992. *Annals of the Association of American Geographers* 84(3): 480–492.
- Matless, D. (1992). Regional surveys and local knowledges: the geographical imagination in Britain, 1918–39. *Transactions of the Institute of British Geographers* 17(4): 464–480.
- Mayhew, R. J. (1998). The character of English geography c. 1660–1800: a textual approach. *Journal of Historical Geography* 24(4): 385–412.
- Mayhew, R. J. (2011). Geography's genealogies. In: Agnew, J. A.; Livingstone, D. N. (eds.) *The Sage Handbook of Geographical Knowledge*. London, UK: Sage, pp. 21–38.
- Monk, J. J.; Schmidt di Friedberg, M. (2011). Mary Arizona (Zonia) Baber. In: Lorimer, H.; Withers, C. W. J. (eds.) *Geographers: Biobibliographical Studies*. Vol 30. London, UK: Continuum, pp. 68–79.
- Phillips, R.; Johns, J. (2012). *Fieldwork for Human Geography*. London, UK: Sage.
- Ploszajska, T. (1996). Constructing the subject: geographical models in English schools, 1870–1944. *Journal of Historical Geography* 22(4): 388–398.
- Powell, R. C. (2011). Echoes of the new geography? History and philosophy of geography I. *Progress in Human Geography* 36(4): 518–526.
- Ratzel, F. (1882). *Anthropogeographie oder Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart, Germany: Engelhorn.
- Ratzel, F. (1891). *Anthropogeographie*. Zweiter Teil: Die Geographische Verbreitung des Menschen. Stuttgart, Germany: Engelhorn.
- Reclus, E. (1875). *Nouvelle géographie universelle*. Vol 1. Paris: Hachette.
- Reclus, E. (2005 [1869]). *Storia di un ruscello*. Milan, Italy: Eleuthera.
- Rossi, L. (2005). *L'altra mappa: esploratrici, viaggiatrici, geografe*. Reggio Emilia, Italy: Diabasis.
- Sauer, C. O. (1925). The morphology of landscape. *University of California Publications in Geography* 2(2): 19–54.
- Schaefer, F. K. (1953). Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers* 43(3): 226–245.
- Schmidt, M. (ed.) (2007). *Élisée Reclus: natura ed educazione*. Milan, Italy: Bruno Mondadori.
- Schmidt, M. (ed.) (2010). *Cos'è il mondo? È un globo di cartone: insegnare geografia fra Otto e Novecento*. Milan, Italy: Unicopli.
- Schuermans, N.; Meeus, B.; De Maesschalck, F. (2010). Is there a world beyond the web of science? Publication practices outside the heartland of academic geography. *Area* 42(4): 417–424.
- Schwartz, J. M. (1996). The geography lesson: photographs and the construction of imaginative geographies. *Journal of Historical Geography* 22(1): 16–45.
- Semple, E. C. (1911). *Influences of Geographic Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthropo-Geography*. New York, NY: Henry Holt and Company.
- Sheet-Pyenson, S. (1985). Popular science periodicals in Paris and London: the emergence of a low scientific culture, 1820–1875. *Annals of Science* 42(6): 549–572.

- Soovali-Sepping, H. (2010). The role of geography in the twenty-first century: interview with Denis Cosgrove. In: della Dora, V.; Digby, S.; Basdas, B. (eds.) *Visual and Historical Geographies: Essays in Honour of Denis E. Cosgrove*. London, UK: Royal Geographical Society, pp. 147–153.
- Spedding, P. (2011). The new machine: discovering the limits of ECCO. *Eighteenth-Century Studies* 44(4): 437–453.
- Turner, B. L. II (2002). Contested identities: human-environment geography and disciplinary implications in a restructuring academy. *Annals of the Association of American Geographers* 92(1): 52–74.
- Université Jean Moulin Lyon 3 (2006) *Élisée Reclus et nos géographies, textes et pretexts*. Available at: <<http://www.univ-lyon3.fr/fr/recherche/diffusion-de-la-recherche/comptes-rendus/2005-2006/elisee-reclus-et-nos-geographies-textes-et-pretextes-139413.kjsp>>. (accessed 17 April 2012).
- Wylie, J. (2007). *Landscape*. London, UK: Routledge.

NOTAS

1. Do original, em inglês: *jeremiad*. Tal vocábulo é utilizado para designar uma “queixa dolorosa ou lamento; uma lista de desgraças” (Hawkins e Allen, 1994: 763, tradução livre). Segundo informações constantes em diversos dicionários da língua inglesa (Hawkins e Allen, 1994; Abate, 1999; Webber e Feinsilber, 1999), o termo *jeremiad* deriva do nome *Jeremias* [*Jeremiah*], profeta a quem costumeiramente se atribui a autoria do livro de “Lamentações” no cânone textual da tradição judaico-cristã; o livro, que reúne cinco poemas com lamentações à situação de Jerusalém após a conquista babilônica no século VI a.C., é denominado, ao menos na conhecida Bíblia do rei Jaime I (1566-1625), “As lamentações de Jeremias” [*The Lamentations of Jeremiah*] (The Holy Bible, 2010 [1611]). Como os autores não estabeleceram uma relação direta com o cânone bíblico, embora exista um termo equivalente em português (*jeremiada*), optou-se por traduzir *jeremiad* apenas por *lamento*, um discurso de pesar proferido após a avaliação moral de um estado de coisas. Entre os dicionários consultados, cf. Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press; Webber, Elizabeth; Feinsilber, Mike (1999). *Merriam-Webster's Dictionary of Allusions*. Springfield: Merriam-Webster; Abate, Frank (1999). *The Oxford American Dictionary of Current English*. New York and Oxford: Oxford University Press. Para mais informações sobre o cânone das escrituras judaico-cristãs, cf. The Holy Bible (2010 [1611]). *Quatercentenary edition an exact reprint in roman type page for page, line for line, and letter for letter of the King James Version. Otherwise known as the authorized version*. Published in the year 1611. Oxford and New York: Oxford University Press; Hayes, John (ed.) (1999). *Dictionary of Biblical Interpretation*. Nashville: Abungdon Press; Longman III, Tremper; Enns, Peter (eds.) (2008). *Dictionary of the Old Testament. Wisdom, Poetry & Writings. A compendium of contemporary biblical scholarship*. Illinois: IVP Academic [N. do T.].
2. Do original, em inglês: *philippic*. O termo *philippic* deriva do título atribuído a uma série de discursos proferidos por Demóstenes (384 a.C.-322 a.C.), as *Filípicas*, cujo principal objetivo era conclamar os cidadãos atenienses contra as pretensões expansionistas do reino macedônico de Felipe II (382 a.C.-336 a.C.) (Santos, 2010). No século I a.C., em oposição ao cônsul romano Marco Antônio, Cícero (106 a.C.-43 a.C.) proferiria uma série de discursos do mesmo gênero que aqueles de Demóstenes e eles também são reunidos sob o título *Filípicas* (Bernardo, 2017). Daí que, já deslocada de seu contexto original de enunciação, a palavra *philippic* passou a designar quaisquer denúncias violentas e discursos condenatórios contra algo ou alguém (Hawkins e Allen, 1994; Webber e Feinsilber, 1999). O termo *filípica*, em português, costuma ser utilizado como um

substantivo próprio, em referência às *Filípicas* de Demóstenes ou Cícero. Por essa razão, ainda que *philippic* pudesse ser traduzido por *filípica*, a fim de evitar qualquer confusão, optou-se por utilizar uma expressão geral e com aceção semelhante – *discurso violento*. Cf. Santos, Elisabete Cação dos (2010). *Demóstenes*. Filípicas I e II. Estudo introdutório, tradução e comentário. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos). 98 f. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Bernardo, Isadora Prévêde (2017). Primeira Filípica. Marco Túlio Cícero. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 30, pp. 198-227. Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press; Webber, Elizabeth; Feinssilber, Mike (1999). *Merriam-Webster's Dictionary of Allusions*. Springfield: Merriam-Webster [N. do T.].

3. Do original, em inglês: *tongue-in-cheek*. Trata-se de um “tipo de comentário irônico de uma mensagem linguística, próprio da cultura inglesa, que ocorre atrás de uma barreira (no interior da cavidade bucal) e não é percebido no exterior; apenas difunde uma dúvida com seu aparecimento. É diferente da antífrase, que confirma o leitor/espectador na sua expectativa de significado de uma enunciação e torna as mensagens unívocas – na antífrase fica claro que algo foi dito para significar exatamente o contrário” (Tolentino, 1994: 17). Visto com essa ressalva linguística, apesar de traduzido aqui por “irônico” em observância à lexicografia (Hawkins e Allen, 1994; Abate, 1999), o termo *tongue-in-cheek* corresponde – em contraste à já citada antífrase – a um enunciado que se caracteriza “apenas [pela] dúvida que ele difunde com seu próprio aparecimento” (Almansi, 1973 *apud* Santos, 1998: 10). Cf. Tolentino, Magda Velloso F. de (1994). “O contraponto da ironia em Exilados de James Joyce”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 16, pp. 13-22; Santos, Jussara (1998). “O triunfo da morte ou o triunfo do *tongue-in-cheek*?”. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, n. 3, pp. 7-16. Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press; Abate, Frank (1999). *The Oxford American Dictionary of Current English*. New York and Oxford: Oxford University Press [N. do T.].

4. Augias é uma figura da mitologia grega que “governou em Élis [também conhecida por Élide], noroeste do Peloponeso” (Hard, 2020: 246, tradução livre). Conhecido, sobretudo, por ser um proprietário de rebanhos de gado na referida península grega, Augias é uma personagem frequentemente associada a um dos Trabalhos de Hércules, o da limpeza dos estábulos. O vocábulo inglês *Augean* – ou *Augiano*, conforme nossa tradução em português – e suas variações designam, em alusão ao trabalho literalmente hercúleo de limpeza do estrume dos estábulos de Augias, tanto uma “condição ou local definido por grande acúmulo de sujeira ou corrupção” (Webber e Feinssilber, 1999: 29, tradução livre) quanto uma tarefa espantosamente árdua. É justamente a essa ambiguidade do termo que parece se referir Peter Gould (1979: 139) ao denominar de Período Augiano (*Augean Period*) a geografia produzida entre 1957 e 1977: “The two decades, 1957-1977, were the ‘best of times [and] the worst of times’” (Tradução livre: As duas décadas, 1957-1977, foram os “melhores [e] os piores tempos”). Cf. Hard, Robin (2020). *The Routledge Handbook of Greek Mythology*. Eighth Edition. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group; Woodard, Roger D (2007). *The Cambridge companion to Greek mythology*. New York: Cambridge University Press; Webber, Elizabeth; Feinssilber, Mike (1999). *Merriam-Webster's Dictionary of Allusions*. Springfield: Merriam-Webster; Gould, Peter (1979). “Geography 1957-1977: The Augean Period”. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 69, n. 1, pp. 139-151 [N. do T.].

5. O termo *self-othering*, que optamos por não traduzir, sintetiza o seguinte argumento: os autores estabelecem uma consciência disciplinar geográfica a partir de suas próprias experiências profissionais em outras disciplinas. É justamente na relação com o *outro* [alteridade], portanto, que se define o *eu* [identidade]. Para uma interpretação mais sofisticada do *self-othering*, cf. Germana, Nicholas (2010). “Self-Othering in German Orientalism”. *The Comparatist*, v. 34, pp. 80-94 [N. do T.].

6. Do original, em inglês: *cherry-picking*. Também conhecida por “falácia da evidência incompleta”, *cherry-picking*, expressão que, em português, poderia ser literalmente traduzida

como *seleção* ou *colheita de cerejas*, corresponde à prática falaciosa de “citar casos concretos ou dados incompletos como fonte de informação, ignorando muitas evidências que podem fornecer informações diferentes daquela que está sendo defendida” (Kopitowski, 2016: 35, tradução livre). Os autores empregaram o termo *cherry-picking* com um sentido semelhante ao descrito anteriormente – como a prática de selecionar, em meio a um conjunto, aquelas unidades que são necessárias ou as melhores para alcançar determinado fim. Para uma discussão mais detalhada sobre *cherry-picking*, viés de confirmação e falácias lógicas, cf. Klayman, Joshua (1995). *Varieties of Confirmation Bias*. *Psychology of Learning and Motivation*, v. 32, pp. 385-418; Dienes, Zoltan. “Bayesian Versus Orthodox Statistics: Which Side Are You on?”. *Perspectives on Psychological Science*, v. 6, n. 3, pp. 274-290; Mizrahi, Moti (2015). “Historical Inductions: New Cherries, Same Old Cherry-picking”. *International Studies in the Philosophy of Science*, v. 29, n. 2, pp. 129-148 [N. do T.].

7. No original, em inglês, *stochastic*, que também pode ser traduzido por “aleatório” ou “estocástico” – termo utilizado em estatística para qualificar uma distribuição probabilística ou um processo “caracterizado por uma sequência de variáveis aleatórias” (Hawkins e Aleen, 1994: 1425). Cf. Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press [N. do T.].

8. Este texto e os comentários que o acompanharam em sua versão original, todos publicados no periódico *Dialogues in Human Geography* em 2012, resultaram das atividades de um grupo de pesquisadores no painel *Classics in Human Geography*, organizado por Innes Keighren, Christian Abrahamsson e Veronica della Dora, por ocasião do *Annual Meeting* da *Association of American Geographers* (atual *American Association of Geographers*), em março de 2011, na cidade de Seattle (Washington, EUA). Cf. Mayhew, Robert (2012). “On canons, cannons and the rapier”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 313-316; Withers, Charles (2012). “Geography’s evolving traditions and textual critique”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 317-320; Agnew, John (2012). “Of canons and fanons”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 321-323; Maddrell, Avril (2012). “Treasuring classic texts, engagement and the gender gap in the geographical canon”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 324-327. Monk, Janice (2012). “Canons, classics, and the inclusion in the histories of geography”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 328-331; Hubbard, Phil (2012). “The return of the living dead. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 332-334; Schein, Richard (2012). Locating contradictions in canonical geographies”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 335-337; Powell, Richard (2012). “Questions on the canon?”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 338-340. Keighren, Innes; Abrahamsson, Christian; della Dora, Veronica (2012). “On canonical geographies”. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 341-345 [N. do T.].

9. Tradução do original, em inglês, *pedigree*, que significa “1. registro em série da descendência de uma pessoa ou espécie animal [...] de raça pura; 2. a derivação de uma palavra; 3. uma tabela genealógica; 4. Coloquial. A “história de vida” de uma pessoa, coisa, ideia [...]” (Hawkins e Allen, 1994). Em português, com frequência, o termo *pedigree* é utilizado para designar algo de *raça pura*; o sentido de registro da descendência, portanto, acaba se perdendo com o uso de tal estrangeirismo. Daí a opção por traduzir como *linhagem*. A metáfora familiar na narração da história da geografia já fora criticada, em 1995, por Driver (1995). Cf. Driver, Felix (1995). “Sub-Merged Identities: Familiar and Unfamiliar Histories”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 20, n. 4, 410-413. Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press [N. do T.].

10. Do original, em inglês: *bogey-lady*. Aqui, ao empregar a expressão *bogey-lady*, os autores introduzem um neologismo composto por: *bogey*, um espírito maligno ou pernicioso, e *lady*, senhora ou dama. Mais que um neologismo, *bogey-lady* é uma corruptela do termo dicionarizado *bogeyman* (*bogyman*), que designa uma entidade fantasmagórica malévola e pode ser traduzido em português como *bicho-papão* (também conhecido como *Cuca*, *Coca* ou *El Cuco*). O sufixo designativo de gênero utilizado em inglês (-*lady*) não se aplica à tradução da expressão para a língua

portuguesa. Cf. *Que viene el Coco* (1799), pintura do espanhol Francisco de Goya (1746-1828); Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press [N. do T.].

11. Do original, em inglês: *superannuation*. Trata-se de um termo utilizado, principalmente na Austrália, para denominar um pagamento regular a ser feito por aqueles que pretendem receber uma pensão ao se aposentar (Hawkins e Allen, 1994). James Bird (1983), ao utilizar o termo *superannuation*, possivelmente pretendia fazer referência a um fundo de contribuições – tal qual o pagamento regular de um fundo de pensões – dos textos publicados em periódicos do *Institute of British Geographers* ao longo dos seus 50 anos de existência até então. Cf. Bird, James (1983). “Transactions of Ideas: A Subjective Survey of the Transactions during the First Fifty Years of the Institute”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 8, n. 1, The Institute of British Geographers 1933-1983: A Special Issue of Transactions to Mark the Fiftieth Anniversary of the Institute (1983), pp. 55-69; Hawkins, Joyce; Allen, Robert (1994). *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press [N. do T.].

RESUMOS

As histórias da geografia são, por sua própria natureza, empreendimentos seletivos. A aparente tendência dos geógrafos a depreciar períodos específicos da história da disciplina, ao mesmo tempo em que exaltam outros, é característica do modo pelo qual o progresso tem sido mensurado, a relevância definida e a novidade identificada. Contudo, enquanto outras disciplinas das humanidades e ciências sociais se comprometem ativamente com seus cânones textuais e figuras fundadoras, os geógrafos notoriamente evitam fazê-lo. Neste artigo, nós refletimos sobre o porquê disso e como diferentes concepções de canonicidade têm sido importantes para as maneiras como a história da geografia e seus fundamentos intelectuais foram narrados. Ao refletir sobre a importância dos textos de geografia para as maneiras como imaginamos a disciplina – seu passado, presente e futuro –, nós consideramos como os processos de lembrança e esquecimento têm sido empregados para servir a determinadas agendas intelectuais e ideológicas. Concluimos defendendo um comprometimento mais sério com o legado textual da geografia: algo que pode beneficiar não apenas a historiografia, mas também a consciência disciplinar e, conseqüentemente, o futuro da própria geografia.

Histories of geography are, by their very nature, selective enterprises. The apparent tendency of geographers to disparage particular periods of the discipline's history, at the same time as exalting others, is characteristic of the way in which progress has been measured, relevance defined, and novelty identified. Yet, whilst other disciplines in the humanities and social sciences actively engage with their textual canons and founding figures, geographers have notoriously avoided doing so. In this paper, we consider why this has been the case and how different conceptions of canonicity have mattered to the ways in which the history of geography and its intellectual foundations have been narrated. In thinking through the significance of geography's texts to the ways we imagine the discipline – its past, present, and future – we consider how processes of remembering and forgetting have been employed to serve certain intellectual and ideological agendas. We conclude by advocating a more serious engagement with geography's textual legacy: one which might benefit not only disciplinary historiography but also disciplinary consciousness, and thus the future of geography itself.

Les histoires de la géographie sont, par nature, des entreprises sélectives. L'apparente tendance des géographes à, d'un côté, dénigrer certaines périodes de l'histoire de la discipline et, d'un autre côté, à en exalter d'autres, est caractéristique de la manière dont le progrès a été mesuré, la portée définie et la nouveauté identifiée dans le domaine scientifique. Pourtant, alors que d'autres disciplines des sciences humaines et sociales questionnent activement leurs références textuelles et leurs figures fondatrices, les géographes sont connus pour avoir longtemps évité de le faire. Dans cet article, nous nous demandons dans le contexte des géographies anglo-américaines pourquoi cela a été le cas et comment différentes conceptions des "canons géographiques" ont pris part aux récits historiques de la discipline et à la manière dont ses fondements intellectuels ont été narrés. En envisageant les textes géographiques à travers la façon dont nous pensons la géographie dans le temps (dans son passé, son présent et son futur), nous considérons comment les processus de remémoration et d'oubli ont été employés pour servir certains agendas intellectuels et idéologiques. Nous concluons en invitant à un engagement plus sérieux des géographes envers leur héritage : ce qui bénéficierait non seulement à l'historiographie disciplinaire, à une conscience disciplinaire plus grande, et ainsi au futur de la géographie elle-même.

Las historias de la geografía son, por su propia naturaleza, empresas selectivas. La tendencia aparente de los geógrafos de desestimar periodos particulares de la historia de la disciplina al mismo tiempo que exaltan otros, es característico de la forma en que el progreso ha sido medido, la relevancia definida y la novedad identificada. Con todo, mientras que otras disciplinas en las humanidades y las ciencias sociales se comprometen activamente con sus cánones textuales y sus figuras fundacionales, los geógrafos han notoriamente evitado hacer esto. En el presente artículo, consideramos por qué ha sido este el caso y cómo diferentes concepciones de "canonicidad" han sido importantes en las maneras en que la historia de la geografía y sus fundamentos intelectuales han sido narrados. Al considerar el significado de los textos de geografía en las maneras en las que imaginamos la disciplina —su pasado, presente y futuro— consideramos la manera en la que los procesos de recuerdo y olvido han sido empleados para servir a ciertas agendas intelectuales e ideológicas. Concluimos advocating por un compromiso más serio con el legado textual de la geografía, uno que pueda beneficiar no solamente la historiografía disciplinar sino también la consciencia disciplinar y de esta manera el futuro de la geografía en sí misma.

ÍNDICE

Palabras claves: Geografía angloamericana, canon, canonicidad, clásicos, historiografía, historia de la geografía

Palavras-chave: geografia anglo-americana, cânone, canonicidade, clássicos, historiografia, história da geografia.

Keywords: Anglo-American geography, canon, canonicity, classics, historiography, history of geography

Mots-clés: Géographie anglophone, canons disciplinaires, classiques, historiographie, histoire de la géographie

AUTORES

INNES M. KEIGHREN

Royal Holloway, University of London, UK. E-mail: innes.keighren@rhul.ac.uk

CHRISTIAN ABRAHAMSSON

Lund University, Sweden. E-mail: abrahamsson28@gmail.com

VERONICA DELLA DORA

University of Bristol, UK. E-mail: veronica.delladora@rhul.ac.uk